Câmara Municipal de Piedade
Rua Eurico Cerqueira César, 160 – Centro – Piedade – SP CEP 18170-091
Telefone: (15) 3244-1377 - Site: www.piedade.sp.leg.br
E-mail: contato@piedade.sp.leg.br

ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025

Presidente: Adilsom Castanho

1º Secretário: Isidoro Poly de Brito

Aos nove dias do mês de junho de 2025, às 19h, no Plenário da Câmara Municipal de Piedade, situada na Rua Eurico Cerqueira César, nº 160, com a presença dos senhores vereadores: **1)** Adilsom Castanho (PSD), **2)** Alex Pinheiro da Silva (MDB), **3)** Alexandre Pereira (UB), **4)** Caio Cezar da Silva Martori (PSDB), **5)** Edvaldo Vicente Ferreira (PSB), **6)** Isidoro Poly de Brito (UB), **7)** Jeferson Donisete Cardoso (UB), **8)** José Anésio Xavier Lemes (PP), **9)** Lucelino Prestes da Silva (PSB), **10**) Lukas Adalto Oliveira Moraes (Republicanos), **11)** Nilza Maria dos Santos Godinho (PL), **12)** Paulino Florêncio Pinto (PSD) e **13)** Wandi Augusto Rodrigues (PP) foi dado início à décima sexta sessão ordinária de 2025 com o seguinte **EXPEDIENTE**: Em votação a ata da décima quinta sessão ordinária de 2025 — **Aprovada por unanimidade (12 a 0)**. **Leitura das matérias recebidas do Executivo: Ofício SEG. nº 84/2025**, de 30/5/2025 — Modificações propostas ao Projeto de Lei nº 29/2024, que dispõe sobre a aprovação do Plano Diretor de Turismo de Piedade; **Ofício SEG. nº 87/2025**, de 2/6/2025 — Encaminhamento de documentos complementares referente ao Projeto de Lei Executivo nº 9/2025. Leitura das **PROPOSIÇÕES**: **Projeto de Lei nº 10/2025** (Poder Executivo) — "Autoriza a concessão de auxílio financeiro a atletas, conforme específica."; **Projeto de Lei nº 11/2025** (Poder Executivo) — "Autoriza abertura de crédito especial, conforme especifica."; **Requerimento nº 98/2025** (vereador Alex Pinheiro da Silva) — "Voto de pesar pelo falecimento da Sra. Luciana Vieira de Proença Américo."; **Requerimento nº 101/2025** (vereador Caio Cezar da Silva Martori) — "Solicita informações sobre a revitalização do Mercado Municipal." — O requerimento foi colocado em única discussão — **Vereador Caio Cezar da Silva Martori (1)** — Cumprimentou a todos. Disse que, em 2021, já havia feito um requerimento sobre o Mercado Municipal, pois, na época, percebeu que o local apresentava problemas estruturais e de segurança. Por isso, fez uma indicação para algumas melhorias, mas nada foi feito, já que o período era de pandemia. Nos anos seguintes, alguns investimentos foram anunciados, porém a situação apenas piorou. Os boxes foram entregues por comerciantes que estavam no local há mais de quarenta anos e, atualmente, apenas dois boxes do Mercado Municipal permanecem ocupados. Afirmou que o mercado, que já foi tão pujante, assim como o comércio da área central, hoje está vazio, sem

perspectivas de revitalização. Mencionou que foi anunciada a vinda de uma emenda parlamentar e, por isso, fez um requerimento para que seja informado se a emenda foi efetivada, se está em processo licitatório e para que o projeto seja enviado, possibilitando a verificação das modificações previstas, além de outras questões relacionadas ao futuro do Mercado Municipal. Lembrou que o Mercado Municipal já abrigou provisoriamente a prefeitura e, portanto, trata-se de um patrimônio municipal que necessita de ações concretas, não apenas revitalizações, mas também medidas que incentivem os comerciantes a se instalarem no local e atraiam o público, garantindo segurança e atrativos. Segundo ele, tudo isso precisa ser feito para evitar que um patrimônio municipal feche as portas, prejudicando todo o comércio da área central. — **Vereador Adilsom Castanho (2)** — Cumprimentou a todos. Disse ser favorável ao requerimento, pois considera a situação do Mercado Municipal bastante preocupante. Explicou que, ao longo dos anos, o mercado foi perdendo suas características e, infelizmente, as áreas periféricas do local vêm sofrendo constantemente com a presença de pessoas em situação de rua. Além disso, destacou que o Mercado Municipal sempre foi um ponto fundamental para o transporte público da região central, mas hoje enfrenta dificuldades relacionadas aos horários. Acrescentou que houve intenção de promover melhorias no transporte público com tarifa zero, mas ressaltou que não se pode ignorar as necessidades reais do sistema. Segundo ele, é essencial aumentar a frequência e a quantidade de ônibus, pois somente assim o comércio do Mercado Municipal poderá ser revitalizado. Comentou que a movimentação do mercado sempre esteve ligada ao transporte público, uma vez que não há vagas para estacionamento, tornando os usuários desse sistema seus principais frequentadores. Mencionou que a sustentabilidade do local dependia da oferta de serviços essenciais, como banheiros, ponto de ônibus e estabelecimentos comerciais, incluindo um bar, um açougue, uma quitanda e uma casa de frios. Infelizmente, apontou que o Mercado Municipal perdeu essas características, pois seu público predominante era formado por pessoas mais velhas, como seu pai, que faleceu recentemente. Ele nunca dirigiu e sempre utilizou o transporte público, tendo o Mercado Municipal como referência. Lembrou que o mercado foi reformado durante a gestão da prefeita Maria Vicentina, mas enfrentou diversos problemas com a empresa contratada. Em decorrência da má qualidade dos serviços prestados, ele chegou a realizar denúncias e embates. No entanto, a prefeita conseguiu implementar algumas melhorias com o apoio do Deputado Edmir Chedid. Desde então, nenhuma outra ação foi realizada, deixando o mercado na situação em que se encontra hoje. Ressaltou que, para que um comércio tradicional se mantenha, é fundamental preservar suas características, mas, infelizmente, isso

mudou significativamente. Segundo ele, o comércio chinês tem se expandido cada vez mais, o que não é algo negativo, pois está dentro da legislação, mas reforçou a necessidade de resgatar a origem e a identidade do Mercado Municipal. — O requerimento continuou em discussão, como não houve vereadores para discuti-lo, o requerimento foi colocado em única votação — **Aprovado por unanimidade (12 a 0)**; **Requerimento nº 102/2025** (vereador Caio Cezar da Silva Martori) — "Solicita informações sobre o Terminal Rodoviário Artur Hess." — O requerimento foi colocado em única discussão — **Vereador Caio Cezar da Silva Martori (1)** — Pediu dispensa das formalidades regimentais. Mencionou que há quatro anos tem abordado a necessidade de revitalização do terminal rodoviário, um importante patrimônio da cidade. Citou que, um ano após a inauguração, o terminal foi severamente afetado por um vendaval que ocorreu em Piedade, causando grandes avarias no telhado. Desde então, a estrutura permanece praticamente inalterada, com apenas reparos pontuais ao longo do tempo, como a modernização dos banheiros, embora o local ainda careça de uma grande reforma para sua completa revitalização. Relatou que o terminal conta com bancos inadequados, não possui um sistema eficaz de câmeras de segurança e não há presença de vigilância física, apesar de centenas de pessoas passarem pelo local diariamente. Destacou também a importância dos comerciantes que atuam dentro e nos arredores do terminal rodoviário. Além disso, considerando toda a área do complexo, há outros equipamentos públicos que necessitam de modernização, mas o terminal rodoviário é o que mais demanda atenção. Comentou que, desde a revitalização da praça da rodoviária, o terminal passou a ser um ponto de apoio importante para festividades, sendo utilizado para exposições e disponibilizando seus banheiros ao público. Ressaltou que um patrimônio dessa relevância merece uma revitalização adequada. Explicou que já apresentou requerimentos e indicações solicitando melhorias, mas sempre recebe a mesma resposta padrão de que estudos estão sendo realizados, o que dá a impressão de que desejam que ele desista da questão. No entanto, esses estudos nunca são concluídos e nenhuma ação efetiva é tomada. Por isso, afirmou esperar uma resposta concreta sobre a existência de um planejamento para a revitalização do terminal rodoviário ou, caso contrário, sobre a intenção de construir um novo terminal em outro local. Destacou que não quer mais ouvir que estudos estão sendo realizados, mas sim obter uma resposta objetiva sobre se há algo previsto ou se, no momento, não há nenhuma iniciativa em andamento. Acrescentou que, caso exista essa intenção, é necessário apresentar o projeto e seus detalhes. Comentou que, recentemente, foi instalada uma cobertura na praça e questionou se poderia ser utilizado recurso do Município de Interesse Turístico (MIT),

visto que o terminal rodoviário tem grande importância para os turistas. Indagou como o município pretende receber visitantes sem uma estrutura adequada do terminal rodoviário. Lembrou que, como MIT, o município recebe recursos extras do Governo do Estado e, por isso, os responsáveis devem informar se há essa possibilidade ou se será necessário utilizar recursos próprios. Finalizou dizendo que esses são os questionamentos e solicitou a aprovação do requerimento para obter respostas concretas e divulgá-las à população, destacando os comerciantes e taxistas que utilizam o terminal diariamente. — O requerimento continuou em discussão, como não houve mais vereadores para discuti-lo, o requerimento foi colocado em única votação — **Aprovado por unanimidade (12 a 0)**; **Indicação nº 94/2025** (vereador José Anésio Xavier Lemes) — "Indica a instalação de dois contêineres de lixo no Bairro dos Godinhos."; **Indicação nº 95/2025** (vereador Jeferson Donisete Cardoso) — "Indica a pintura de faixas e lombadas da rua Capitão Moraes, no Bairro dos Cotianos."; **Indicação nº 96/2025** (vereador Jeferson Donisete Cardoso) — "Indica a implantação de rede de esgoto na rua Simão Rodrigues Machado – Paulas e Mendes."; **Indicação nº 97/2025** (vereador Caio Cezar da Silva Martori) — "Indica manutenção limpeza dos contêineres de lixo do Bairro Santos e Paiol." Encerrada a leitura das matérias, foi passada a palavra aos vereadores inscritos em **TEMA LIVRE**: **Vereador Caio Cezar da Silva Martori (1)** — Pediu dispensa das formalidades regimentais. Afirmou que o requerimento é um instrumento fundamental para a fiscalização e transparência. No entanto, no último mês, optou por não apresentar novos requerimentos, pois nos anteriores recebeu pedidos de prorrogação de prazo para as respostas e, diante disso, achou mais prudente aguardar. Explicou que realiza os requerimentos com base no contato com a população, abordando serviços públicos que não apresentam a eficiência desejada. Quando identifica um problema, traz a discussão ao plenário para que a população compreenda que os vereadores estão atuando para melhorar a cidade e atentos a todas as suas questões. Relatou que, muitas vezes, são mal interpretados e rotulados como oposição, pois destacam os problemas existentes, ignorando os avanços. Ressaltou que a comunicação da prefeitura e do poder executivo já cumpre bem o papel de divulgar as ações positivas. Assim, questionou: se a Câmara também focar apenas no que funciona bem, o que será dos excluídos e daqueles que não têm acesso aos serviços públicos básicos? Explicou que, ao apontar falhas, não o faz por satisfação, mas sim porque deseja que tudo funcione adequadamente. Destacou que, na semana passada, foi divulgado o Índice de Progresso Social, tema de uma reportagem regional. Ao analisar o *ranking* das cidades da região, lamentou o fato de que os dados corroboram a realidade enfrentada pela

população: Piedade ficou em último lugar na classificação da Região Metropolitana de Sorocaba. Relatou que esse índice, de alcance global, mede as condições que possibilitam o progresso da população em diversas áreas. Ressaltou que os resultados são baseados em dados públicos divulgados pelo próprio executivo, portanto são inquestionáveis, pois os números não mentem. Observou que o desempenho do município não foi preocupante apenas em comparação com a Região Metropolitana de Sorocaba, uma área próspera, mas também no contexto estadual, já que Piedade ocupou a posição 630 (seiscentos e trinta) entre os 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios do Estado de São Paulo. Considerou esse dado alarmante e ressaltou a necessidade de uma profunda reflexão sobre a situação. Segundo ele, os principais problemas identificados foram saneamento básico, moradia, saúde e bem-estar. Ressaltou que esses temas são constantemente debatidos na Câmara e, para solucioná-los, é urgente a implementação de um plano concreto, com metas de curto, médio e longo prazo. Sobre o saneamento básico, explicou que, entre os 5.570 (cinco mil quinhentos e setenta) municípios do Brasil, Piedade ocupa a posição 4.323 (quatro mil trezentos e vinte e três) em oferta desse serviço à população. Destacou que saneamento básico está diretamente ligado à saúde, à prevenção de doenças e à qualidade de vida. Mencionou que, a cada estiagem, bairros inteiros enfrentam a falta de água, e que, ao longo dos anos, a situação permanece a mesma, sem a implementação de planos eficazes. Em relação à moradia, Piedade aparece na posição 4.679 (quatro mil seiscentos e setenta e nove), evidenciando a falta de ofertas habitacionais. Apontou que, além desses problemas, há diversas outras demandas acumuladas, como questões relacionadas ao transporte público e à coleta seletiva. Ressaltou que os índices divulgados refletem o cenário real do município, mostrando tanto suas deficiências quanto seus pontos positivos. Reiterou que os números não mentem e que os dados apresentados demonstram claramente as fragilidades da cidade. Por isso, defendeu a necessidade de uma gestão séria e comprometida em elaborar um plano de desenvolvimento que permita avanços nessas áreas. Segundo ele, o índice destacou um fator preocupante: a falta de oportunidades na cidade, que faz com que muitos moradores precisem migrar para outros municípios. Como consequência, Piedade perde mão de obra qualificada, comércio, capital e agricultura, afetando sua força econômica e gerando impactos negativos em diversos setores. Finalizou afirmando que é essencial refletir e agir. — **Vereador Wandi Augusto Rodrigues (2)** — Cumprimentou a todos. Afirmou que gostaria de aproveitar o tema abordado pelo vereador Caio e que concorda com ele. Destacou que, sempre que apontam um problema, são criticados e vistos como oposição, sendo acusados de apenas buscar falhas sem reconhecer avanços. Tem

a impressão de que muitos integrantes do executivo preferem ignorar as dificuldades, mas agora foram apresentados dados de um instituto norte-americano sério. Questionou se alguém diria que esse instituto também faz parte da oposição. Comentou que o Estado de São Paulo possui 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios e que Piedade ficou na posição 630 (seiscentos e trinta), ou seja, apenas quinze cidades têm índices piores. Considerou esse resultado extremamente vergonhoso. Sobre saneamento básico, afirmou que já fez diversos requerimentos cobrando a apresentação do plano, cujo prazo se encerrou sem que nada fosse entregue. Observou que, em vez de assumirem a responsabilidade, atribuem a culpa ao Consórcio de Estudos, Recuperação e Desenvolvimento da Bacia do Rio Pirapora e Médio Tietê (CERISO), alegando que caberia a ele elaborar o plano. Criticou a postura do executivo, que tende a atribuir os méritos à prefeitura quando algo é realizado por meio de emenda parlamentar, responsabilizar o Governo do Estado quando há atrasos nas obras e classificar os vereadores como oposição quando fazem cobranças. Defendeu que essa classificação é vergonhosa não apenas para o executivo, mas também para os vereadores, que têm o dever de fiscalizar e aprovar projetos. Disse sentir-se envergonhado, pois tem a impressão de que sua fiscalização não tem sido suficiente. Reafirmou seu compromisso com os moradores de Piedade, prometendo intensificar sua fiscalização para tornar o município mais eficiente. Ressaltou a necessidade de cobrar soluções e deixar de “tapar o sol com a peneira”. Comentou que, se há algo em que Piedade se destaca, é no custo do programa Tarifa Zero, considerado um dos mais caros do Brasil. Citou que a posição no índice de inclusão social do município é de 5.488 (cinco mil quatrocentos e oitenta e oito). Salientou que, antes de ser acusado de preconceituoso, mencionou que Piedade está em situação pior do que muitas cidades das regiões Norte e Nordeste. Ressaltou que o município faz parte do Estado de São Paulo, o mais rico da nação, responsável por um terço da riqueza do país. No entanto, seu desempenho é alarmante não apenas em comparação ao estado, mas também no cenário nacional. Acredita que essa percepção não é compartilhada apenas por ele, pelo instituto norte-americano ou pelos vereadores da oposição. Exemplificou os reflexos desse quadro, relatando que sua esposa, conselheira tutelar, reclamou da linha telefônica do conselho, que foi cortada, aparentemente por falta de pagamento. Conversou com funcionários de outros setores, que confirmaram que diversas linhas de celulares da prefeitura estão inoperantes pelo mesmo motivo. Questionou se há falta de recursos para esses pagamentos ou se o problema decorre de má gestão. Outro assunto que o preocupou foi a declaração da secretária, durante uma Audiência Pública, de que vereadores retiravam remédios da farmácia municipal. Questionou o procedimento

adotado, perguntando se os parlamentares pegavam medicamentos para terceiros, se furavam a fila ou se faziam retiradas para doação. Informou que pretende apresentar um requerimento para esclarecer essa situação. Destacou que, se a prática tivesse ocorrido de maneira correta, a secretária não teria afirmado que cortou essa possibilidade e que agora isso não acontece mais. Mudando de assunto, mencionou o projeto de lei apresentado na Câmara para suplementação de recursos destinados a atletas que participarão de uma competição. Entretanto, lamentou que essa mesma Casa tenha rejeitado seu projeto de lei que obrigava a transparência das suplementações orçamentárias do município por decreto. Lembrou que, no ano passado, apresentou uma emenda ao orçamento, disponibilizando R$ 100.000,00 (cem mil reais) adicionais ao Fundo de Apoio ao Desporto Amador de Piedade (FADAP) para custear atletas em campeonatos. Dessa forma, em tese, já deveria haver recursos para essa finalidade. Comentou que, caso seja necessária a suplementação, isso pode indicar que o dinheiro foi gasto rapidamente ou que foi retirado para outra suplementação e agora precisa ser reposto para custear o campeonato de luta de braço. Apesar disso, afirmou ser totalmente favorável ao projeto, para que os atletas possam representar Piedade em competições externas. Sobre a Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), destacou que as obras de recapeamento realizadas no município são fundamentais, mas precisam ser melhor planejadas. Criticou o fechamento de metade do centro da cidade em um sábado, um dia de grande movimento comercial, e relatou que empresários o procuraram afirmando que, na ocasião, quase não tiveram clientes. Outro problema apontado foi a falta de comunicação prévia sobre os fechamentos viários. Reforçou a necessidade de sinalização antecipada, informando quais ruas estarão interditadas e onde serão feitos os retornos, para evitar transtornos a quem não conhece bem a cidade. Para finalizar, comentou sobre o concurso da Câmara, que atraiu muitos candidatos devido ao plano de carreira, plano de saúde e benefícios aos servidores. Lembrou que, durante sua presidência, trabalhou intensamente para essas conquistas, elevando a qualidade de vida dos servidores e investindo em capacitação sem aumentar os custos da Câmara. Destacou que, durante a sua gestão, a Câmara foi classificada entre as 10 (dez) mais econômicas do Estado de São Paulo. Estendeu o seu orgulho a todos os vereadores, ressaltando que as melhorias não foram resultado apenas de sua atuação, mas de um trabalho conjunto, visto que todos aprovaram os projetos. Afirmou que, atualmente, pessoas de várias localidades querem trabalhar na Câmara de Piedade porque reconhecem a valorização dos servidores. Finalizou expressando o desejo de que o Executivo aprenda a valorizar os servidores públicos da mesma maneira. — **Vereador Isidoro Poly de Brito (3)** — Cumprimentou a todos. Mencionou que hoje se sente feliz e

satisfeito, pois Deus mais uma vez se mostrou presente em sua vida. Todos sabem que ele vinha sofrendo com a exploração de comentários divulgados, inclusive dentro desta Casa, devido ao fato de estar respondendo a um processo na justiça eleitoral. Afirmou que enfrentar esse processo foi extremamente difícil e desgastante para ele e sua família. No entanto, destacou que continuou trabalhando junto à população, buscando fazer a diferença para aqueles que o escolheram e elegeram. Reforçou que, em todos os momentos, manteve-se firme, confiante de que a justiça de Deus prevaleceria. E, de fato, prevaleceu: o Tribunal Regional Eleitoral, de forma unânime, aceitou seu recurso de defesa, reformando a sentença de primeiro grau e reconhecendo que não havia fundamentos para sua cassação. Dessa forma, cada voto depositado nas urnas foi respeitado e a democracia prevaleceu. Agradeceu aos familiares e amigos que sempre confiaram nele e conhecem sua conduta. Reafirmou seu compromisso de continuar trabalhando com seriedade, ouvindo a população e honrando a cadeira que ocupa hoje. Dirigiu-se ao vereador Jeferson "Tatu", mencionando que, no dia do julgamento de sua cassação, viu lágrimas correrem dos olhos de Paulinho, pois ele respeitava profundamente o vereador. Também destacou o sofrimento do presidente Adilsom Castanho durante seu próprio processo de cassação. Ressaltou os desgastes enfrentados ao ser acusado de algo que não cometeu. Falou sobre a grande armadilha que foi montada contra ele, mas enfatizou que Deus esteve presente em sua vida. Pediu a Deus que nenhum vereador tenha que passar por isso novamente, pois trata-se de um grande sofrimento, já que sua situação passa a depender da interpretação de terceiros. Declarou que Deus é justo e expressou sua esperança de que as perseguições para cassações cessem. Incentivou aqueles que desejam se candidatar a vereador ou prefeito, reforçando que a democracia deve estar ao alcance de todos. Lamentou que, em vez de estar ali anunciando conquistas como a obtenção de uma ambulância, melhorias no saneamento básico e no Mercado Municipal, precisou perder tempo e dinheiro para comprovar sua inocência. Acrescentou que, frequentemente, criam situações contra ele, deixando-o na posição de ter que provar sua inocência. Destacou que Deus foi justo e parabenizou os advogados que o representaram com excelência. Agradeceu a todos que torceram e continuam torcendo por ele, reconhecendo sua índole e propósito: trabalhar em prol da população. Espera dar continuidade ao seu trabalho de maneira que beneficie o povo e que ninguém mais tenha a intenção de prejudicá-lo. Por fim, citou a frase de Abraham Lincoln: "A democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo." — **Vereador Alex Pinheiro da Silva (4)** — Cumprimentou a todos. Abordou o direito de todos à saúde, à liberdade de locomoção e à justiça. Comentou que, nesta semana, viu uma reportagem que lhe chamou a

atenção: uma pessoa condenada e presa teve um problema no joelho e precisou realizar uma ressonância magnética. Para levá-la ao hospital, foi organizado um grande comboio e uma operação complexa. O procedimento foi realizado na mesma semana. Questionou aos que assistem à sessão sobre há quanto tempo aguardavam para fazer uma ressonância. Comparou a situação ao fato de que um preso conseguiu realizar o exame em apenas uma semana, enquanto muitos trabalhadores que sentem dores e necessitam do mesmo procedimento precisam esperar por ano e, em muitos casos, sequer conseguem acesso ao exame. Citou sobre quem, de fato, está "preso" pelo sistema: aqueles que estão na cadeia ou aqueles que trabalham, pagam impostos e enfrentam dificuldades para obter exames, muitas vezes até falecendo na fila de espera. Concluiu que essa disparidade representa uma inversão de valores e que todos deveriam ter os mesmos direitos. Questionou para quem o governo está realmente trabalhando: para aqueles que contribuem com impostos ou para aqueles que não trabalham. Manifestou seu repúdio à inversão de valores que ocorre no Brasil e lamentou que o cidadão, infelizmente, tem o dever de pagar, mas não usufrui dos direitos aos benefícios. Sobre o transporte público e o Mercado Municipal, mencionou que trabalhou durante muitos anos no comércio em diversos lugares e relembrou o período em que teve uma barraca ao lado do Mercado Municipal, vendendo bijuterias e enxovais. Disse que, naquela época, o comércio era próspero, pois havia transporte público em vários horários oferecido pela empresa Vila Élvio. Observou que o movimento na cidade se intensificava após o almoço, e, por isso, costumava almoçar mais cedo para aproveitar melhor as vendas durante a tarde. No entanto, lamentou que o comércio atualmente enfrenta dificuldades devido à falta de horários de transporte no período vespertino. Destacou que o Mercado Municipal também vem sendo prejudicado e perdeu atratividade, pois, sem transporte adequado, investidores não se interessam em trazer novos negócios para a cidade. Ressaltou que, caso se faça um levantamento entre os comerciantes, ficará evidente que ninguém está satisfeito com a atual situação do transporte público. A redução no fluxo de clientes impacta diretamente as vendas, dificultando o pagamento de impostos e a sustentabilidade dos negócios. Solicitou melhorias no transporte público, independentemente de ser gratuito ou pago, desde que seja eficiente. Pediu ao governo que realize um novo estudo e amplie a oferta de transporte público, pois a população merece qualidade e os comerciantes precisam garantir seus ganhos. Concluiu afirmando que enfrentamos uma crise, mas, se todos se unirem e fizerem sua parte, é possível que o comércio se fortaleça novamente e alcance o sucesso que já teve no passado. — **Vereador Adilsom Castanho (5)** — Pediu dispensa das formalidades regimentais. Disse que ao chegar

nesta Casa, foi abordado pelo Sr. “Tião”, do restaurante, que relatou as obras realizadas pela CCR nos arredores da cidade, especialmente na saída em direção ao Alto de Piedade e Kaikan. O Sr. “Tião” mencionou que, na região da Vila Xavier, foi feita a pintura de uma faixa contínua, que comprometeu as sinalizações existentes. Alertou para o risco de penalização dos motoristas em caso de acidente, pois podem ser considerados infratores por não estarem obedecendo as leis de trânsito. Diante disso, registrou que pretende elaborar um documento e convidou os vereadores que desejarem a assinar junto com ele, a fim de iniciar um diálogo com a CCR. Ressaltou que, como a empresa opera no município atualmente, é essencial identificar quem é o responsável pelos serviços prestados. Em relação às falas dos vereadores Caio e Wandi sobre a posição do município em nível estadual, explicou que, pelo que entendeu, um instituto ou órgão internacional classificou Piedade em determinada posição. No entanto, ele desconhece os critérios utilizados na avaliação. O que lhe chamou a atenção é que os índices em que o município se encontra mal posicionado não dependem exclusivamente da administração local. Ao abordar a questão do saneamento básico, mencionou que existe uma concessionária responsável pelo serviço: a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Recentemente, ficou satisfeito ao ver que uma obra de abastecimento de água foi realizada na região do Boa Vista, embora todos saibam que o serviço no município ainda enfrenta deficiências. Garantiu, no entanto, que o município tem características atípicas. Explicou que, para atingir a universalização do abastecimento e do esgotamento sanitário em Piedade, será necessário um plano isolado para diversas regiões. Sem esses planos específicos, tornar-se-á impossível atender a toda a população. Refletiu sobre regiões como Cachoeira da Fumaça, Monos, Fazendinha da Vila Élvio e outras localidades, questionando como seria possível garantir abastecimento e saneamento nesses locais. Concluiu que o único caminho viável seria a implementação de sistemas isolados, pois seria humanamente impossível transportar água da cidade para essas regiões e trazer o esgoto de volta para tratamento. Ressaltou que a solução exige um esforço conjunto do município e dos governos estadual e federal. Caso contrário, nunca se alcançará uma condição sustentável e adequada. Citou tecnologias como poços artesianos com outorga, biodigestores e outros sistemas existentes, destacando que é possível planejar alternativas que viabilizem a universalização do abastecimento e do saneamento. Caso contrário, a população continuará apenas criticando a gestão municipal e, daqui a 30 (trinta) anos, o problema ainda será discutido sem solução. Alertou para a necessidade de desenvolver estratégias exequíveis. Lembrou que, em épocas de estiagem, já falta água nas áreas centrais, o que torna impraticável levar água do Rio Pirapora para regiões

distantes. Além disso, a construção de novas estações de abastecimento e tratamento nessas áreas seria extremamente difícil. Por isso, enfatizou que a solução deve passar por sistemas isolados e tecnologias avançadas. Somente assim será possível atingir um padrão de universalização do saneamento básico. Também ressaltou que, diante da realidade atual, o município sempre ocupará posições ruins neste índice de avaliação, devido às suas particularidades geográficas e estruturais. Piedade é extensa, com bairros situados a mais de 40 km (quarenta quilômetros) da região central. Observou que as pesquisas feitas não levam em conta a realidade local. Como exemplo, mencionou que a orla das represas está a aproximadamente 10 (dez) a 12 km (doze quilômetros) do centro da cidade, e o sistema adotado na região é isolado, pois não há condições de transportar água tratada ou trazer esgoto para a estação central de tratamento. Destacou que, naquela área, o investimento se paga, pois trata-se de uma região supervalorizada, onde um terreno de 1000 m² (mil metros quadrados) pode custar a partir de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Nessas circunstâncias, os empreendedores conseguem viabilizar a construção de estações de tratamento e sistemas isolados. Entretanto, quando se trata de regiões mais afastadas e economicamente vulneráveis, a prefeitura não tem condições de arcar com os custos. Afirmou que, sem um plano específico para saneamento básico, será impossível atender plenamente essas áreas. Sobre a questão habitacional, esclareceu que, recentemente, foi inaugurado um conjunto de moradias no bairro dos Cotianos. Na ocasião, governantes, representantes e deputados estiveram presentes, mas ele enfatizou que o apoio recebido ainda é insuficiente. Comentou que é difícil afirmar que o município teria condições de construir um pequeno número de moradias, sendo necessário buscar investimentos dos governos federal e estadual. Defendeu que Piedade deve ser contemplada com programas habitacionais, pois, além de suprir a demanda local, a cidade fornece alimentos para os grandes centros urbanos. Comparou Piedade a outras localidades que possuem menor necessidade de moradias, mas que carecem de alimentos. Por outro lado, em Piedade, muitos alimentos acabam se perdendo nas lavouras, porque não há preço de mercado suficiente para a venda. Isso evidencia uma discrepância: o município exporta alimentos, mas não recebe os benefícios que necessita. Relembrou que, durante a gestão da prefeita Maria Vicentina, houve um programa destinado à construção de 30 (trinta) moradias na zona rural. Segundo ele, foi a única vez que Piedade contou com um projeto desse tipo. — **Aparte vereador José Anésio Xavier Lemes** — Disse que foram 53 (cinquenta e três) moradias. — **Continou o orador** — Concordou com o vereador, mencionando que, na época, o parlamentar trabalhava no governo enquanto ele exercia seu mandato parlamentar, mas não

recordava exatamente do número de moradias. Ressaltou que foram construídas 53 (cinquenta e três) unidades habitacionais para um município com mais de 53.000 (cinquenta e três mil) habitantes, sendo que a maioria reside na zona rural. Diante disso, questionou se essa troca está realmente sendo justa. Salientou que sua fala não tem o intuito de desrespeitar o governador, tampouco o presidente da República, mas sim de pedir atenção para Piedade, município que tem como seu maior bem comum a produção de alimentos. Destacou que Piedade abastece os grandes centros urbanos, muitas vezes sem contar com um transporte adequado para escoar essa produção. Questionou quais garantias o município tem dos órgãos federais e estaduais. Concluiu que quase nenhuma, pois, até o presente momento, apenas 53 (cinquenta e três) moradias foram construídas na zona rural de Piedade. Pediu para que se compare o volume de abastecimento realizado pelo município às Companhias de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) na capital, Sorocaba e Campinas, contrapondo isso ao retorno efetivamente recebido. Por fim, fez um apelo, solicitando que o governo olhe por Piedade e reconheça sua importância no abastecimento alimentar dos grandes centros. Não havendo mais vereadores inscritos em Tema Livre, o senhor presidente declarou encerrado o Expediente e concedeu o intervalo regimental. Após a pausa e a realização de nova chamada regimental, quando foi constatada a presença de todos os vereadores, foi dado início à pauta da **ORDEM DO DIA**: **1) Projeto de Lei nº 13/2025** (vereador José Anésio Xavier Lemes) — "Declara de utilidade pública a entidade Associação de Moradores e Amigos do Bairro Piraporinha." — O projeto de lei foi colocado em única discussão — **Vereador José Anésio Xavier Lemes (1)** — Cumprimentou a todos. Solicitou o apoio dos vereadores para a aprovação do projeto de lei. Comentou que tornar a associação uma entidade de utilidade pública fortalecerá sua atuação, permitindo que, junto à comunidade, possa reivindicar demandas de forma mais eficaz. Mencionou que a região do bairro Piraporinha enfrenta diversas necessidades e, além de estar situada na bacia do Rio Pirapora, também exerce um papel estratégico como eixo de ligação com o município de Ibiúna. Assim, uma melhor estruturação para a associação, como a que será votada hoje, contribuirá diretamente para o município, o gestor público e esta Casa de Leis. Destacou que os vereadores, ao apoiarem o projeto, estarão fortalecendo ainda mais a associação. Por fim, reiterou o pedido para que votem favoravelmente, ressaltando que a entidade representa a voz do povo, que busca melhorias de forma organizada. — O projeto de lei continuou em discussão, como não houve mais vereadores para discuti-lo, o projeto de lei foi colocado em única votação — **Aprovado por unanimidade (13 a 0)**; **2) Projeto de Resolução nº 2/2025 (Mesa Diretora)** —

"Regulamenta a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, instituindo no âmbito do Poder Legislativo Municipal, o Programa Governo Digital – GDLP e dá outras providências."; — O projeto de resolução foi colocado em única discussão, como não houve vereadores para discuti-lo, o projeto de resolução foi colocado em única votação — **Aprovado por unanimidade (12 a 0)**; **3) Moção nº 6/2025** (vereador Adilsom Castanho) — "Moção de aplausos à Equipe Feminina de Basquete de Piedade." — A moção foi colocada em única discussão — **Vereador Adilsom Castanho (1)** — Pediu dispensa das formalidades regimentais. Afirmou que a moção é de sua autoria e se refere à equipe de basquete feminino que representou Piedade em uma competição. Agradeceu aos vereadores Alexandre Pereira, Alex Pinheiro da Silva, Caio Cezar da Silva Martori, Edvaldo Vicente Ferreira, Isidoro Poly de Brito, José Anésio Xavier Lemes, Lukas Adalto Oliveira Moraes, Nilza Maria dos Santos Godinho e Paulino Florêncio Pinto, que subscreveram a moção. Solicitou o apoio de todos os vereadores, ressaltando que a moção é um reconhecimento à equipe feminina, que representou muito bem o município, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, graças aos esforços de pais, mães e familiares. Destacou que, graças a esse empenho, a equipe se consagrou campeã na competição. Mencionou que tem uma sobrinha no time e que sua filha acompanhou a maioria dos jogos como torcedora, permitindo que a família vivenciasse toda a vibração e alegria da equipe. Enfatizou que, independentemente da modalidade esportiva, o reconhecimento é essencial, pois o município historicamente investe no futebol de campo, mas o basquete também tem grande importância. Ressaltou que entre essas meninas pode surgir uma grande campeã que levará o nome de Piedade ainda mais longe. Explicou que o desejo é que cada vez mais pessoas possam ter o esporte como profissão. Destacou que o basquete é uma modalidade reconhecida mundialmente e expressou sua alegria ao vê-lo crescendo no município. Por fim, relembrou que o esporte em Piedade passou por momentos de dificuldade, mas conseguiu retomar com sucesso, motivo pelo qual pediu o apoio de todos os vereadores para essa moção. — **Vereador José Anésio Xavier Lemes (2)** — Pediu dispensa das formalidades regimentais. Afirmou que o esporte é uma ferramenta valiosa e construtiva, essencial para que a juventude trilhe um caminho de progresso e melhores oportunidades. Declarou que sempre apoiou o esporte, independentemente da modalidade. Ressaltou a importância da valorização do setor e expressou seu total apoio à moção. — A moção continuou em discussão, como não houve mais vereadores para discuti-la, a moção foi colocada em única votação — **Aprovada por unanimidade (12 a 0)**; **4) Projeto de Lei nº 5/2025** (Poder Executivo) — "Dispõe sobre a instituição do Plano de Regularização de Obras – Pró-Piedade no

município de Piedade-SP e dá outras providências.” — O projeto de lei foi colocado em segunda discussão, como não houve vereadores para discuti-lo, o projeto de lei foi colocado em segunda votação — **Aprovado por unanimidade (12 a 0)**; **Projeto de Lei nº 9/2025** (Poder Executivo) — “Dispõe sobre a doação de bem imóvel de propriedade do Município de Piedade à Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Piedade/SP, conforme especifica.” — O projeto de lei foi colocado em primeira discussão, como não houve vereadores para discuti-lo, o projeto de lei foi colocado em primeira votação — **Aprovado por unanimidade (13 a 0)**. Não havendo mais matérias na **ORDEM DO DIA**, foi passada a palavra aos vereadores inscritos em **Explicação Pessoal**: **Vereador Lukas Adalto Oliveira Moraes (1)** — Cumprimentou a todos. Sobre o episódio ocorrido na sessão passada, comentou que o vereador Wandi trouxe à tona um fato envolvendo um munícipe e o projeto de lei Pró-Piedade. O vereador utilizou essa situação para afirmar que não estava segurando o projeto, uma vez que não preside a Comissão de Justiça e Redação. Mencionou que, ao fazer essa declaração de forma indireta, o vereador deu a entender que ele, na condição de presidente da referida comissão, estaria retardando ou impedindo a tramitação do projeto. Esclareceu que essa insinuação é infundada e não corresponde à verdade. Ressaltou que, mais uma vez, verificou-se o uso de palavras figuradas e indiretas para gerar dúvidas e distorcer os fatos. Destacou que essa postura prejudica não apenas o funcionamento desta Casa, mas também compromete a transparência que deve nortear a relação com a população. Citou que o projeto permaneceu por três semanas na Comissão de Justiça e Redação, prazo comum e necessário para uma análise responsável e técnica, como ocorre com todos os projetos que passam pela comissão. Portanto, não houve atraso nem retenção indevida. Explicou que, durante a reunião da comissão, foi debatida a questão da assinatura digital. Inicialmente, manifestou uma posição, mas, ao refletir melhor, compreendeu a cautela adotada pelo setor jurídico na elaboração do projeto e reviu seu entendimento. Acrescentou que a revisão de opinião é um processo natural quando se age com respeito ao processo legislativo. Por isso, votou contra a inclusão da assinatura digital, não por vaidade ou obstáculo político, mas por convicção técnica, visando preservar a integridade do projeto conforme foi apresentado. Afirmou que faz questão de esclarecer os fatos, pois a função do vereador exige seriedade, transparência e respeito mútuo. Destacou que o debate deve ocorrer, mas sempre pautado em fatos concretos, e não em insinuações que alimentam desinformação. Infelizmente, tem observado que o vereador Wandi demonstra dificuldade em aceitar posicionamentos contrários ao seu, recorrendo a ataques e, após a votação, disseminando desinformação e discurso de ódio nas redes sociais. Afirmou que

não pode aceitar essa postura e reiterou, de maneira clara, que a recorrente tentativa de transformar divergências legítimas em ataques pessoais e políticos, como tem sido feito, é inadmissível. Enfatizou que divergências de opinião fazem parte do parlamento, mas distorcer fatos, alimentar narrativas falsas e fomentar desinformação ultrapassam os limites aceitáveis. Reforçou que a política não deve ser feita com insinuações, meias palavras ou tentativas de desqualificar o trabalho sério dos colegas, mas sim com responsabilidade, argumentos sólidos, respeito institucional e, sobretudo, com a verdade. — **Vereador Wandi Augusto Rodrigues (2)** — Pediu dispensa das formalidades regimentais. Primeiramente, esclareceu que, ao afirmar que não é o presidente da comissão, quis dizer que não tem o poder de segurar projetos dentro dela. Ressaltou que não é ele o vereador que costuma incluir informações inexistentes no processo. Portanto, pediu que não atribuam a ele palavras que não disse. Afirmou que, em nenhum momento, declarou que foi o presidente quem segurou o projeto; pelo contrário, enfatizou que esta Câmara nunca reteve a tramitação do projeto. Explicou que, por não ser o presidente da comissão, mesmo que quisesse atrasar a análise, não teria essa autoridade. Expressou sua tristeza diante da situação, pois demonstra um profundo desconhecimento sobre o Regimento Interno da Casa. Destacou que o prazo máximo de um processo na comissão é de 15 (quinze) dias, mas afirmar que permaneceu 21 (vinte e um) dias na comissão como algo aceitável não corresponde ao prazo limite. Em sua opinião, ultrapassar um pouco o prazo não é um problema, especialmente quando há necessidade de novos documentos, como ocorreu neste caso. No entanto, considera injusto responsabilizá-lo ou atribuir a ele declarações que não fez. Sobre a questão da democracia, enfatizou que todos têm o direito de votar contra um projeto, caso desejem. No entanto, por ser um princípio democrático, a população também tem o direito de saber como cada vereador votou. Explicou que, em seu último vídeo, apenas mostrou como ocorreu a votação e questionou a alegação de que ele não aceitou o resultado. Reforçou que democracia não é a imposição da vontade da maioria, isso se chama majoritarismo. Um dos principais pilares da democracia é a transparência. Portanto, se não querem que ele divulgue os votos, não sabe como isso poderia ser feito, já que apenas apresentou a votação de cada um sem mencionar nomes, justamente para evitar ressentimentos ou acusações de exposição. Por fim, relatou que simplesmente narrou os fatos, sem emitir opinião neste contexto. Reiterou que não é ele o vereador que tem o hábito de introduzir informações inexistentes nos processos. — **Vereador Adilsom Castanho (3)** — Pediu dispensa das formalidades regimentais. Esclareceu que as discussões não foram sobre o projeto em si, mas sim sobre as emendas propostas. Pelo que entendeu, o projeto teve a aceitação

de todos. Comentou que foi falado e registrado em ata que, caso a emenda não fosse aprovada, não haveria mais possibilidade de parcelamento. No entanto, afirmou ao vereador Wandi que isso não é verdade, pois existe, sim, a possibilidade de parcelamento. Explicou que, se o projeto do Programa de Recuperação Fiscal – Refis vier para esta Casa, ou qualquer outro projeto semelhante, poderá atender aos cidadãos com parcelas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em atraso. Ressaltou que isso depende do Executivo. Dessa forma, os vereadores poderão analisar a questão do parcelamento, seus percentuais e a forma do projeto. Criticou a fala do vereador na tribuna ao afirmar que, uma vez rejeitada a emenda, não haveria mais possibilidade de parcelamento. Com todo respeito ao conhecimento e à formação do vereador, disse que essa afirmação não condiz com a verdade, pois um novo projeto de Refis poderá beneficiar todo o município de Piedade, abrangendo todos os proprietários de imóveis. Afirmou que votou contra a emenda, mas frisou que a verdade é uma só: essa decisão não cabe a esta Casa, que não tem esse poder. Caso o Executivo envie um projeto de Refis, os vereadores irão apreciá-lo, e a população poderá contar com a possibilidade de parcelar suas dívidas com redução de juros, conforme a proposta. Pontuou que isso trará benefícios ao município como um todo, e que os vereadores estarão analisando, de fato, a questão do parcelamento e dos descontos. Disse que é essa a verdade. Pedindo perdão, reiterou que não é verdade afirmar que, com a rejeição da emenda, não seria mais possível o parcelamento. Quanto à assinatura digital, afirmou que já existe uma lei que garante seu uso, e que os órgãos públicos são obrigados a aceitá-la. Entretanto, impor sua obrigatoriedade sem considerar a realidade do município e como mencionado pelo vereador Wandi que pode gerar custos adicionais, como taxas cartoriais, com todo respeito, disse acreditar que o reconhecimento de firma não representa um custo exorbitante para quem possui um imóvel. Na sua visão, quem busca regularizar seu bem provavelmente tem condições de arcar com esses custos. Ressaltou que o cartório é também um órgão público legítimo e questionou se alguém com imóvel não teria condições de reconhecer firma, pois não se trata, em geral, de pessoas em situação de pobreza extrema. Reforçou que, embora haja um custo, quem possuir assinatura digital poderá utilizá-la, e o órgão público terá que aceitá-la, conforme prevê uma lei superior. Salientou que seu voto contrário à emenda não prejudicou nenhum munícipe. Apenas expôs sua opinião, justificou-a e mantém sua posição de que, havendo Refis no município, todos terão o mesmo direito ao parcelamento. Na sua avaliação, este é o momento para que o prefeito tome essa iniciativa e incentive a regularização dos imóveis. Explicou que a lei deve vir do Executivo para ser apreciada pela Câmara, pois a decisão sobre a arrecadação municipal não

cabe ao Legislativo. Comentou que a forma como o vereador utilizou sua fala na tribuna pode ter magoado alguns colegas, pois deu a entender que seriam contra o parcelamento, o que, segundo ele, não é verdade. Disse que sua preocupação era com os limites jurídicos do projeto. Deixou claro que nunca foi contra o parcelamento, pois essa é uma atribuição do Executivo. Pediu novamente ao prefeito que considere essa possibilidade. Quanto à assinatura digital, reiterou a existência de legislação superior que a garante. Encerrou dizendo que essa é sua explicação pessoal e que respeita a discussão e a opinião de todos. Como presidente da Casa, considerou importante esclarecer que nenhum vereador que votou contra a emenda legislou sobre a possibilidade ou não de parcelamento das dívidas. Reafirmou que os vereadores apenas legislarão sobre essa matéria se ela for enviada pelo Executivo, e reforçou o pedido para que o prefeito tome essa iniciativa. Não havendo mais vereadores inscritos em Explicação Pessoal o senhor presidente convidou para a 11ª Conferência Municipal de Assistência Social com o tema 20 anos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS: "Construção, Proteção Social e Resistência.", no dia 16 de junho, das 12h às 16h e no dia 17 de junho, das 7h30 às 16h, no Auditório Rubens Caetano da Silva – "Cariocão. Após o convite, o senhor presidente declarou encerrada a sessão ordinária às 21h21. Eu, Isidoro Poly de Brito, 1° Secretário da Mesa Diretora deste Poder Legislativo, autorizei a transcrição desta ata que será submetida ao Plenário, oportunamente.

Adilsom Castanho
Presidente

Lukas Adalto Oliveira Moraes
Vice-Presidente

Isidoro Poly de Brito
1º Secretário

Edvaldo Vicente Ferreira
2º Secretário